

S.R. DA HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS

Aviso n.º 1173/2004 de 28 de Dezembro de 2004

1 – Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos de 8 de Novembro de 2004 e pelo prazo de 10 dias úteis a contar desta publicação, se encontra aberto concurso externo de ingresso, para admissão a estágio, para o provimento de um lugar na categoria de **especialista de informática do grau 1, nível 2**, do quadro do pessoal da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, afecto ao Centro de Informática.

1- Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2- Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de Março, o/a candidato/a com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

2 – A vaga foi descongelada nos termos da Resolução n.º 50/2004, de 13 de Maio.

3 – Somente será admitido a estágio um candidato.

4– O prazo de validade do concurso termina com o provimento do lugar.

5 – Conteúdo funcional – O constante do artigo 2.º da Portaria n.º 358/2002 de 3 de Abril.

6 – A frequência do estágio terá a duração de um ano, será feita em regime de contrato administrativo de provimento ou em comissão de serviço extraordinária, nos termos do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/97, de 17 de Julho.

7 – Local de trabalho e remuneração

7.1 - O local de trabalho é na Direcção Regional de Obras Públicas e Transportes Terrestres/Divisão de Topografia, Desenho e Cartografia, e o estagiário será remunerado de harmonia com o mapa I, anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

7.2 – As condições de trabalho e as regalias sociais, são as genericamente vigentes para os funcionários da administração pública.

8 – Requisitos de admissão:

8.1 – Satisfazer os requisitos gerais previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho.

8.2 – Indivíduos detentores de licenciatura em Engenharia Informática ou Matemática/Informática.

9 – Os métodos de selecção e o programa das provas a utilizar, em conformidade com o Despacho Normativo n.º 261/95, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 21/2003, de 12 de Janeiro, são os seguintes:

- a) Prova de conhecimentos;
- b) Avaliação curricular;
- c) Entrevista.

9.1 – Prova de conhecimentos - consistirá numa prova de conhecimentos escrita, com a duração de duas horas, que incidirá sobre as seguintes matérias:

- Regime geral do funcionalismo público, direitos e deveres, regime de férias faltas e licenças,
- estatuto remuneratório, carreiras da função pública e estatuto disciplinar;
- Constituição da República Portuguesa, Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, organização e estrutura do Governo Regional e departamentos regionais;
- Código do Procedimento Administrativo;
- Gestão e arquitectura de sistemas de informação;
- Infra-estruturas tecnológicas: Sistema operativo e produtos de BackOffice: Arquitectura Microsoft Windows 2000 e Windows 2003; Software aplicativo, de sistema e de gestão de redes; sistemas de Segurança e Administração de dados; Redes de Comunicações; Modelo OSI, Equipamentos activos e passivos, implementação e manutenção de LANs e Wans; Sistemas Computacionais. Principais tecnologias a nível hardware.
- Engenharia de software.

Legislação, Bibliografia e Referências Técnicas:

- “Web Design-Estrutura, Concepção e Produção de Sites Web”, 2ª edição Bruno Figueiredo, Editora de Informática Lda. (www.fca.pt), ISBN: 972-722-433-4; “Tep-tp – em redes Microsoft – para profissionais”, Paulo Loureiro, Editora de Informática Lda. (www.fca.pt), ISBN: 972-722-349-4; “Arquitecturas dos Sistemas de Informação” – Luís Silva Rodrigues, Editora de Informática Lda. (www.fca.pt), ISBN: 972-722-316-8; “Planeamento de Sistemas de Informação”, Luís Alfredo Amaral/João Varajão, Editora de Informática Lda. (www.fca.pt), ISBN: 972-722-193-9, “Windows 2000 Server para Profissionais”, Vols 1 e 2, Paulo Loureiro; FCA.

9.2 – Avaliação curricular serão ponderados, de acordo com a exigência da função, os seguintes factores:

- Habilitações académicas de base – onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação, legalmente reconhecida;
- Formação profissional – em que serão ponderadas as acções de formação e de aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional da vaga posta a concurso;
- Experiência profissional – em que se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que é aberto o concurso, devendo ser avaliada designadamente pela sua natureza e duração.

9.3 – Entrevista profissional de selecção na qual serão ponderados os seguintes factores:

- Capacidade de expressão e fluência verbal;
- Sentido crítico e inovador;
- Motivação e interesse;
- Discussão curricular
- Visão global da Administração, sentido de organização e capacidade para a resolução de problemas.

9.4 – Os resultados obtidos na aplicação dos métodos de selecção são classificados de zero a vinte valores.

9.5 – A avaliação e a classificação final dos candidatos competirá ao júri do concurso, devendo os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constar de acta de reunião do júri, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

9.6 – Em caso de igualdade de classificação, constituem factores de preferência os mencionados no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 30 de Dezembro bem como nos artigos 3.º e 8.º, ambos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de Março.

10 – Formalização das candidaturas:

10.1 – As candidaturas deverão ser formalizadas em papel adequado, mediante requerimento, conforme a seguir se indica e entregues pessoalmente ou remetidas pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, dirigido à presidente do júri, e enviado a Divisão de Topografia, Desenho e Cartografia, Rua Dr. João Francisco de Sousa, 30-9500 187, Ponta Delgada

Instruções para o preenchimento do requerimento (minuta)

Exmº Senhor Presidente do Júri

Nome....

Data de nascimento...

Filiação...

Naturalidade...

Nacionalidade...

Habilitações literárias...

Portador (a) do bilhete de identidade n.º..., emitido pelos..., em..., válido até...

Contribuinte fiscal n.º...

Morador em..., código postal...

Telefone...

..(outros elementos que os candidatos entendam apresentar, passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em conta pelo Júri se devidamente comprovados).

Número e especificação dos documentos que acompanham o requerimento...requer a V. Ex.ª se digne admiti-lo (a) ao seguinte concurso... (referência ao *Jornal Oficial* onde foi publicado o aviso, com indicação do concurso a que se candidata)

Mais declara sob compromisso de honra, que reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso exigidos pelo artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Pede deferimento

(Data e assinatura)

10.2 – Juntamente com o requerimento de admissão ao concurso os candidatos deverão apresentar, sob pena de exclusão:

- a) Curriculum vitae detalhado, datado e assinado;
- b) Certificado autêntico ou autenticada, comprovativo das habilitações literárias;
- c) Documentos autênticos ou autenticados comprovativos das habilitações e qualificações profissionais;

d) Documentos autênticos ou autenticados comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal;

e) Fotocópia do bilhete de identidade.

10.3 – Os documentos referidos nas alíneas *b)* a *d)* do ponto anterior poderão ser autenticados no serviço onde o candidato entregar a documentação de candidatura, mediante a apresentação dos respectivos originais.

10.4 – É dispensada a apresentação da documentação respeitante aos requisitos exigidos pelo n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com excepção da prevista na alínea *c)* desde que o candidato declare no seu requerimento, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

11 – Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12 – As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

13 – O presente concurso regular-se-á pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 – A lista de candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final do concurso serão notificadas aos candidatos, nos termos do n.º 2 do artigo 34.º e do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14.1 – De acordo com o n.º 2 do artigo 35.º do referido decreto-lei, os candidatos admitidos serão notificadas das datas de realização dos métodos de selecção (prova de conhecimentos e entrevista profissional de selecção), nos termos do n.º 2 do artigo 34.º do mesmo diploma legal.

15 – A avaliação e classificação final do estágio, compete ao júri deste concurso se não vier a ser decidida a revisão da sua constituição, caso em que à mesma será dada publicação e resultará da ponderação dos factores constantes da alínea *b)*, do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

16 – Composição do Júri:

Presidente: Luisa Vieira de Magalhães Sousa Moniz, Chefe de Divisão de Topografia, Desenho e Cartografia.

Vogais

efectivos: Noémia Sampaio Correia, Especialista de informática do grau 3, nível 1, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

João Paulo Vieira Correia, Técnico superior de 2.ª classe.

Vogais

suplentes: José Ricardo Cogumbreiro Pacheco de Sousa, Director do Centro de Informática;

Rui Gregório Cordeiros dos Santos, Chefe de Divisão de Controlo Financeiro.

2 de Dezembro de 2004. - A Presidente do Júri, *Luisa Vieira de Magalhães Sousa Moniz*.